**Produção científica sobre políticas públicas na educação física: abordagem sobre gênero e raça.**

**Scientific Production on public policies in physical education: approaches on gender and race.**

Renata Monteiro[[1]](#footnote-1)

Ludmila Mourão \*\*

Sebastião Votre \*\*\*

**Resumo**

O objetivo deste estudo foi apresentar um levantamento sobre a produção científica em políticas públicas de 2001 a 2010, e analisar os estudos dessa temática que contemplam as categorias sociológicas de raça e gênero, apontando a articulação que estabelecem com as atividades físico-esportivas e o lazer. O material investigado consiste nos periódicos indexados no *Qualis* 2010 da educação física, que veiculam as produções nas Ciências Humanas e Sociais, classificados nos extratos intermediários. O levantamento verificou que a produção e o debate sobre políticas públicas, considerando as temáticas de gênero e raça, não contemplam as atividades físico-esportivas e o lazer.

**Palavras-chave:** gênero; raça; atividade físico-esportiva.

**Abstract**

The aim of this study was to present the scientific production in public policies from 2001 up to 2010, and analyze the studies that consideration the sociological categories of gender and race, indicating the relationship they establish with the physical-sporting actives and leisure. The material under analysis consists of journals indexed in 2010 *qualis* of Physical Education and education, on Human and Social Sciences, located in intermediate levels. The research led us to conclude that the discussion on public policies, taking into consideration themes of gender and race, do not give account of leisure and physical-sporting activities.

**Keywords:** gender; race; physical-sporting activities

**Introdução**

De acordo com os indicadores do Ministério da Educação e Cultura (BRASIL, 2008), a produção científica no Brasil vem ampliando sua participação no cenário mundial nos últimos anos. O país responde hoje por 2,02% do total da produção científica no mundo, superando países como a Suíça e a Suécia, e se aproximando da Holanda, da Bélgica e da Rússia. No mesmo período, passou da 15ª para a 13ª posição no *ranking* de produção científica em número de artigos publicados em revistas especializadas, segundo o[*UNESCO Science Report 2010: Current Status of Science Around the World*](http://www.ngicreative.com/clients/unesco/administration/f5yip9dsax43fs/UNESCO%20SCIENCE%20REPORT%202010.pdf) (UNESCO, 2010; 2011), destaque entre os países da América Latina. Associado ao território, a população e a economia, o Brasil figura entre os quatro primeiros produtores científicos do mundo, logo após a Rússia, os Estados Unidos e a China.

O aumento do número de programas de pós-graduação, no Brasil, associado ao processo de avaliação da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) nos últimos anos tem incrementado junto com financiamentos para o desenvolvimento científico e tecnológico, a valorização do número de publicações de artigos. Esses fatores podem nos ajudar a entender, mesmo que parcialmente, o salto quantitativo e qualitativo da produção científica brasileira (RAMOS *et al,* 2009*)*.

Contudo, dependendo da área de conhecimento, existem variações na produção. De acordo com Ramos *et al.* (2009), na área de saúde/biológica, os resultados brasileiros mimetizam o padrão mais global, mas na área das ciências humanas e sociais verifica-se um menor número de incentivos, de periódicos e de financiamentos de pesquisas e, em consequência, disseminação do conhecimento. Um dos desafios da ciência brasileira é o de traduzir o acúmulo de conhecimentos na propagação do mesmo, não só na formação e titulação dos professores, mas também para a preparação das várias categorias profissionais que atuam direta e indiretamente na educação de crianças, jovens e adultos no Brasil.

As pesquisas sobre políticas públicas (PP), que correspondem à área das ciências humanas e sociais, tiveram origem nos Estados Unidos no início dos anos 1950 e na Europa, a partir dos anos 1970, aparecendo com a denominação de “*policy science”*. No Brasil, segundo Frey (2000), esses estudos são recentes e focalizam a análise das estruturas e a caracterização dos processos de negociação das políticas setoriais específicas. As PP são diretrizes para intervenção do estado; em um plano mais concreto, seu principal referente é, sobretudo, a máquina governamental, considerando os recursos de poder que operam para isto.

O estudo de Amaral e Pereira (2009), sobre a produção de PP na educação física, no período de 1997 a 2007, encontrou 135 artigos nos quais a maioria está vinculada ao CONBRACE (Congresso do Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte). Esses autores verificam o predomínio da dimensão política, resultando nos estudos ancorados em uma dimensão conceitual da política e na implementação da política governamental, mostrando que não foram expressivas as pesquisas voltadas para formulação de políticas de estado.

A partir dos apontamentos acima, este estudo orientou-se para uma análise retrospectiva da produção acadêmica sobre PP, com a perspectiva de apresentar o contexto geral da produção sobre PP e analisar os estudos que se encontram relacionados com gênero e raça. Pretendemos também, verificar a articulação estabelecida entre os estudos analisados e as práticas físico-esportivas e o lazer.

**Método**

Realizamos um levantamento retrospectivo de artigos publicados em periódicos situados nos extratos intermediários (B1 e B2), que veiculam a produção científica das Ciências Humanas e Sociais. Para essa busca, consideramos como referência o *Qualis* do ano de 2010 da Área 21, Educação Física. Este levantamento pautou-se na produção acadêmica sobre PP da última década (2001-2010), e considerou, para as análises, as categorias sociológicas de raça e gênero.

Entre os periódicos incluídos no quadro abaixo (quadro 1), primeiramente foram selecionados artigos a partir do descritor “política(s) pública(s)” no título, resumo ou palavras-chave. Após a seleção de todos os estudos que apresentaram este descritor, ficamos com aqueles que consideraram as categorias “gênero” e/ou “raça” nas suas discussões.

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| Revistas | Instituição | Link de acesso |
| Movimento | UFRGS | <http://seer.ufrgs.br/Movimento> |
| Brasileira de Ciências do Esporte | CBCE | <http://www.rbceonline.org.br/revista/index.php/RBCE> |
| Motriz | UNESP | <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/motriz> |
| Educação & Sociedade | UNICAMP | <http://www.scielo.br/scielo.php/script_sci_serial/pid_0101-7330/lng_pt/nrm_iso> |
| Educação e Realidade | UFRGS | <http://www.ufrgs.br/edu_realidade/> |
| Educação e Pesquisa | USP | <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1517-9702&lng=en&nrm=iso> |
| Educação Física UEM | UEM | <http://periodicos.uem.br/ojs/index.php/RevEducFis> |
| Estudos Feministas | UFSC | <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=0104-026x&script=sci_serial> |
| Brasileira de Ciência e Movimento | UCB | <http://portalrevistas.ucb.br/index.php/RBCM> |
| Brasileira de Educação Física e Esporte | USP | <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1807-5509&lng=en&nrm=iso> |

**Quadro 1**: Revistas selecionadas para a pesquisa

**Resultados e discussão**

Um total de 61 (sessenta e um) artigos resultou do levantamento sobre o descritor “políticas públicas” durante a década investigada (2001 – 2010). Chamou-nos a atenção a baixa produção científica sobre o tema, que atingiu o percentual médio de 1,72% dos artigos publicados nas 10 (dez) revistas selecionadas. Quanto à produção sobre gênero e raça nas PP, encontramos 07 (sete) estudos dos quais 04 (quatro) estão relacionados a gênero, e 03 (três) a raça, correspondendo a 10,8% da produção sobre PP nas revistas analisadas.

Não podemos considerar o resultado acima expressivo, quando nos deparamos com a relevância e a urgência desses temas na prioridade do governo brasileiro e da *United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization* (UNESCO). Ambos têm como orientação desenvolver a igualdade social e o respeito aos direitos humanos coletivos e individuais, com projetos de combate às diferenças de raça e gênero. Segundo a UNESCO (2011), a pobreza, a falta de cultura, o desrespeito aos direitos humanos, à discriminação racial, a inacessibilidade à justiça, o machismo e as práticas inadequadas de segurança pública resultam em índices de violência extremamente elevados.

Iniciamos a discussão dos resultados a partir do quadro geral dos estudos sobre PP e, e em seguida, focalizamos a análise sobre os estudos de gênero e raça presentes na produção sobre PP. O gráfico abaixo apresenta a distribuição comparativa da produção acadêmica de PP, gênero e raça, no período pesquisado.

**Gráfico1**: Publicação sobre PP e sua relação com gênero e raça

Como se pode observar no gráfico 1, entre 2003 e 2005 a publicação sobre PP obteve um crescimento indicando a emergência do tema no cenário nacional. Do total de estudos publicados 90% referem-se a pesquisas de cunho empírico e apenas 10% correspondem a artigos de revisão.

Entre os estudos empíricos 60% correspondem a avaliações sobre o impacto da ação de PP, nos setores: educacional, do lazer, do deficiente, do urbanismo e do trabalho; 35% referem-se a análises sobre novas perspectivas na realização de PP, sobre os setores do lazer, do trabalho e de portadores de deficiência; e 5% apresentam dados que podem auxiliar na implantação de novas PP sobre o setor do urbanismo. Os estudos de revisão realizam uma reflexão e apresentam sugestões para a melhora da estrutura na área do trabalho e do deficiente.

**Gráfico 2**: Temáticas de discussão nos estudos sobre PP de 2003 a 2005

Na educação, é forte a crítica sobre a influência do sistema esportivo, intermediado pelo estado, no esporte desenvolvido na escola, apontando que essa influência pode gerar uma confusão entre o significado da educação física escolar e o esporte. Os artigos apresentados sobre o lazer e a escola abordam a concepção critico-superadora, construindo um processo critico e reflexivo de ensino, indicando que pode ser desenvolvido em uma relação direta entre essas duas instituições. Destacam também a necessidade de formação continuada para os professores de educação física. (BRACH; ALMEIDA, 2003; SANTOS, 2003; MELO 2005).

Já no trabalho, o debate é realizado sob a perspectiva dos novos interesses e valores educacionais, criticando a formação de professores de educação física referenciados na cultura do desempenho e apontando para o não alcance das metas idealizadas pelo Conselho federal de educação física, destacando a necessidade de melhorias em relação à empregabilidade e ao retorno financeiro (SADI, 2003; SANTOS, 2004).

Os estudos sobre urbanismo delineiam processos de planejamento e a trajetória da distribuição urbana em algumas cidades do Brasil. Destacam que o planejamento de espaços destinados ao lazer, esporte e cultura não deve ser desvencilhado de um planejamento urbano maior, para isso, o lazer deve ser reconhecido como uma pratica social. Apontam a necessidade de valorização da produção científica nesta área (PAULILO, 2004; MELO; PERES, 2005; SORRENTINO *et al*., 2005; RECHIA, 2005).

As pesquisas que tratam da temática sobre os deficientes relatam que a educação física orientada auxilia no progresso do desenvolvimento de coordenação corporal para indivíduos com doenças mentais, e favorecem as descobertas motoras de deficientes visuais. Destacam a importância da educação inclusiva, tendo como base a diferença, para a compreensão e construção dos limites de cada indivíduo. Indicam, também, a necessidade de implantação de PP de lazer para deficientes físicos (GORLA; ARAÚJO; CARMINATO, 2004; COSTA; SOUZA, 2004; MELO, 2004; HUNGER; SQUARCINI; PEREIRA, 2004; LIMA, 2005).

Os estudos sobre lazer evidenciam a necessidade da criação de PP de esporte e lazer, referenciados no discurso dos direitos sociais, onde as práticas corporais aparecem como uma dimensão da cidadania. Constatam avanços em relação à participação popular na definição de PP de lazer, entretanto, indicam que esse avanço não ocorreu em todos os estados pesquisados (LIÁO JÚNIOR, 2003; RODRIGUES; BRAMANTES, 2003; MELO, 2004; MASCARENHAS, 2004, AMARAL, 2005; BATISTA, 2005). O lazer se destaca dentre os principais assuntos dos artigos sobre PP, nos anos de 2003 a 2005, coincidindo com a criação da maioria dos programas de esporte e lazer desenvolvidos pelo Ministério dos Esportes.

A partir de 2006, observamos uma queda nas publicações, que começa a mostrar sinais de recuperação em 2008. Apesar da queda, entendemos que há um período de exame e reformulação das PP, pois 71,4% das pesquisas, realizadas neste período, consistem em avaliar o impacto das PP nos setores de educação, raça, lazer e gênero e 28,6% apresentam dados que podem auxiliar na implantação de novas PP, no setor da educação e do lazer.

A tendência de temas dos artigos desse período é verificada no gráfico 3, em que a preocupação concentra-se na área da educação, dos quais somente um estudo é de revisão e os demais são empíricos. Neste período aparecem os primeiros estudos que envolvem gênero e raça nos temas das PP.

**Gráfico 3**: Temáticas de discussão nos estudos sobre PP de 2006 a 2008

Os estudos na área da educação registram uma preocupação com a avaliação de documentos oficiais, bem como com a implementação de PP direcionadas a esta área. Argumentam em favor de uma melhor compreensão das condições de implantação de PP inclusivas na educação, delineando o direito a educação sob um ponto de vista jurídico. Alertam para os dados oscilativos no que diz respeito à educação brasileira, mostrando que não podem realizar uma previsão segura sobre as tendências futuras. A escola aparece como um ambiente capaz de reduzir a vulnerabilidade à violência de jovens, por meio do desenvolvimento de uma atenção integral e educação permanente. Em relação à educação superior, apontam avanços no que diz respeito ao processo de formação de docentes, indicando professores mais qualificados para o mercado de trabalho (LAPLANE, 2006; VIANNA; UNBEHAUM, 2006; ALBURQUERQUE *et al*., 2007; ZUCCHETTI; KLEIN; CUNHA, 2007; DUARTE, 2007; SABAT, 2007; BENITES; SOUZA NETO; HUNGER, 2008; CONTE, 2008; SPOSITO, 2008).

Na área do lazer, reivindicam maior investimento em espaços e equipamentos de lazer, afirmando a importância da vivência que o esporte possibilita ao jovem (GAWRYSZEWSKI, 2006; MARIANO; MARCELLINO, 2008). Comparando esse triênio com o anterior, podemos perceber que ocorreu uma queda na produção cientifica sobre o lazer nas PP.

Apesar da discussão de gênero ter atingido visibilidade a partir dos anos 1990 na educação física brasileira, conforme apontam Chan-Vianna, Moura e Mourão (2010), essas discussões no cenário das PP têm seus primeiros estudos datados de 2006, ano em que foi sancionada a lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006). Os estudos sobre PP e gênero discutem temas como a modernização do movimento feminista (Ribeiro, 2006) e o debate de gênero nos documentos oficiais escolares (Vianna; Unbehaum, 2006).

A modernização do feminismo, estudada por meio de análise das fases dos ideais feministas, constatou a definição de novos rumos e focos nesse processo. Os governantes e a sociedade civil ensejaram a criação de mecanismos de aferição das PP para mensurar a eficácia das ações governamentais, referenciados na discussão internacional acerca das realidades de cada nação. Foi realizada, então, na Conferência Regional das Américas: Avanços e Desafios no Plano de Ação contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia, e Intolerâncias Correlatas, ocorridas em 2006.

Segundo Ribeiro (2006), o comprometimento com o projeto político de promoção da igualdade de gênero e raça não significa apenas garantir a participação desses grupos nos espaços de poder e decisão, mas também fomentar a qualidade dessa participação e sua consolidação. Tal tarefa supõe enfrentar um sistema político estagnado pela prática universalista, que não dá conta das especificidades, enviando comandos preconceituosos diante da renovação proposta pela ordem mundial contra o racismo e o sexismo. No caso do grupo denominado de “mulheres negras”, os estudos assumem uma posição defensiva desse grupo, como se a classificação de grupos minoritários de “mulheres” e “raça negra” estivesse sendo agredida, socialmente e moralmente, com uma força dupla.

Na área educacional, a discussão sobre PP de educação sob a perspectiva de gênero é mais recente e menos institucionalizada do que em outros campos, apresentando essa perspectiva subsumida à noção geral de direitos e valores sociais.

Vianna e Unbehaum (2006) discutem alguns documentos educacionais que debatem a temática de gênero, assim como o Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil (RCNEI) e o Parâmetro Curricular Nacional para o ensino fundamental. O RCNEI defende a importância de se transmitirem valores de igualdade e respeito entre pessoas de sexos diferentes. Ressalta que a construção da identidade de gênero e da própria sexualidade extrapola a mera configuração biológica e defende que meninos e meninas brinquem com todas as atividades, independente da classificação que receberam culturalmente referente ao gênero. Já os parâmetros curriculares nacionais apresentam à inclusão da perspectiva de gênero na educação no tópico de orientação sexual, visando combater as relações autoritárias, questionar a rigidez dos padrões de conduta estabelecidos para homens e mulheres. Entretanto, os autores criticam esses princípios, destacando que eles se defrontam com o desafio de criar uma unidade nacional, sem enfraquecer a diversidade e evitar uma homogeneidade metodológica.

Os autores afirmam que a educação não tem sido um campo privilegiado pelas reivindicações do movimento de mulheres, com exceção da luta por creches e pela expansão da educação infantil como a primeira fase da educação básica.

Já os estudos sobre PP e raça, estão relacionados à história das desigualdades raciais, bem como ao seu reflexo no setor político e em suas ações, sendo desenvolvidos por meio de estudos de discussão das PP de combate ao racismo. Um estudo defende a visão positiva das políticas afirmativas de cotas (SANTOS *et al.,* 2008), e outro uma visão negativa (MAGGIE, 2008).

O estudo que critica negativamente as políticas de ações afirmativas se pauta na antítese estabelecida entre o caminho que o Brasil está tomando e nas propostas políticas com base na “raça”. A autora argumenta, em tom de indignação, que cinquenta e oito anos após o início da luta pelo racismo, estamos nos direcionando na contramão da história. Pois, enquanto o presidente dos Estados Unidos, Barack Obama, fala em nome de valores universais e para todos os americanos, independentemente de cor, religião, sexo, posição social e crença, os brasileiros estão propondo leis com base na “raça”, que dividem os cidadãos para fins de direito em brancos e negros.

Já o estudo que defende as políticas de ação afirmativa assume uma posição de luta e desabafo perante as diferenças raciais entre seres humanos da cor branca e negra. O discurso se projeta na perspectiva de que essas diferenças têm gerado desigualdades e consequentemente disparidades no tratamento das PP. Com isso, inferiram que o Estado deveria se posicionar por meio de ações concretas, indo além das boas intenções e de propagandas pontuais para determinados grupos sociais, que são minoritários.

Segundo Santos *et al*. (2008), a nossa formação, fundada sob aspectos da escravidão e do racismo, repercutiu na discriminação e/ou exclusão da população negra. Para amenizar essas desigualdades, e garantir a educação formal e de qualidade, que é constitucionalmente direito de todos, foi necessário o desenvolvimento das ações afirmativas de políticas de cotas. Conforme os autores, quando aplicadas, essas políticas restituem a igualdade de oportunidades entre os diferentes grupos raciais, promovendo um tratamento diferenciado e preferencial àqueles historicamente marginalizados. Para eles, a educação ainda apresenta dados quantitativos que expõem essas diferenças.

Um novo crescimento na produção acadêmica sobre PP se deu em 2009 e 2010, correspondendo ao período de maior produção científica, com 90% de estudos empíricos e 10% de revisão. Neste período encontramos maior diversidade de assuntos abordados nos estudos empíricos, 75% dos estudos trata do impacto das PP, nos setores do lazer, da educação, gênero e raça, o que contribui significativamente para o seu aperfeiçoamento, orientando seus proponentes e produzindo melhores significados para os seus beneficiados. Os outros 25% apresentam dados que podem auxiliar na implantação de novas PP, nos setores da discriminação, do gênero, da saúde, do urbanismo e na educação. As pesquisas de revisão analisam e refletem sobra a implantação de PP nos setores da saúde, do lazer e da educação. Podemos observar no gráfico 4, que os estudos sobre educação permanecem ocupando o maior espaço nos debates sobre PP.

**Gráfico 4**: Temáticas de discussão nos estudos sobre PP de 2006 a 2008

Os estudos sobre educação mostram que a educação física está distante do setor produtivo em ciência e tecnologia, precisando ser envolvida em projetos de inovação e desenvolvimento. Apontam a necessidade de desenvolvimento de material didático, direcionado ao professor de educação física, que trabalhe com o desenvolvimento sustentável. Destacam que a intervenção da educação física em um projeto social faz com que os indivíduos valorizem as técnicas esportivas, as competições e as formas de interação interpessoal. Contudo, indicam a necessidade de um repensar sobre a utilização do esporte e do lazer, que ora aparece como mercadoria, ora como pseudodireito social, seja no ambiente escolar ou fora dele. Mencionam que as diferenças, que podemos encontrar entre planejamento e implantação de uma PP inclusiva, podem estar no fato de esta educação tender a homogeneização e aos princípios inclusivos, enquanto que atende a necessidades individuais. Apresentam o programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de educação de jovens e adultos -PROEJA- que está em processo de construção, tanto na concepção, quanto na prática, com grandes desafios políticos e pedagógicos (CAIADO; LAPLANE, 2009; MELLO; FERREIRA NETO; VOTRE, 2009; CÉSAR; DUARTE, 2009; DIAS SOBRINHO, 2010; COSTA, 2010; LIMA FILHO, 2010; ALBUQUERQUE, 2010; OSBORNE; BATISTA, 2010; SILVA; LOPES; ARAÚJO NETTO, 2010; MENDES; AZEVEDO, 2010).

Nesse período percebemos que o lazer é um dos temas secundários nas prioridades das PP (PINTO *et al*., 2011). No lazer os estudos chamam a atenção para o desenvolvimento de doenças em uma comunidade pequena, estarem diretamente ligada às atividades de lazer dos moradores dessa comunidade. Detectam que os adultos buscam o lazer para suprirem a falta que sentem do lúdico e apontam a necessidade de implantação de novas PP de lazer para esse público. Destacam questões que facilitam e dificultam a implantação de um programa social de lazer (AMARAL; PEREIRA, 2009; FREITAS; SILVA; GALVÃO, 2009; SOUZA *et al.,* 2010; ALVES; MARCELLINO, 2010).

No tema sobre discriminação apontam para a necessidade de PP que trabalhem com a discriminação etária (GOLDANI, 2010). No setor da saúde, critica a implantação de um programa de promoção da saúde que não considera condicionantes socioculturais da atividade física em seu programa (FERREIRA, 2009). No urbanismo, autores construíram e testaram um instrumento de avaliação e comparação de projetos de educação ambiental (GUANABARA; GAMA; EIGENHEER, 2009).

Os estudos que abordam as questões de gênero nas PP discutem temas como a violência física, psicológica e sexual sofrida por mulheres e a desigualdade dos arranjos familiares brasileiros (Parente; Nascimento; Vieira, 2009; Pinheiro; Galiza; Fontoura, 2009).

Apesar dos avanços políticos e da evolução no processo de participação da mulher no ambiente público, Parente, Nascimento e Vieira (2009) mostram que ainda hoje podemos observar mulheres que sofrem violência perpetrada por indivíduos do sexo masculino, que eram ou tinham sido seus companheiros. A Pesquisa da Fundação Perseu Abramo (2010) em parceria com o SESC revela a chocante estatística de que a cada 2 minutos, 5 mulheres são agredidas violentamente no Brasil. Levantam a estimativa que 7,2 milhões de mulheres com mais de 15 anos já sofreram agressões – 1,3 milhão nos 12 meses que antecederam a pesquisa.

Segundo as autoras, nos anos de 1980, o movimento feminista, as associações profissionais, os serviços de saúde e as organizações internacionais reconheceram a violência contra a mulher como um problema de saúde pública. Esse posicionamento aconteceu devido à comprovação de que a violência de gênero está associada a uma frequência maior de danos à saúde física e mental.

Visando combater esse tipo de violência, o governo brasileiro criou serviços voltados para combater a violência de gênero, enfocando, principalmente, a violência física e sexual realizada por parceiros e ex-parceiros sexuais da mulher. Na última década, foram criados também os serviços de atenção à violência sexual para a prevenção de doenças sexualmente transmissíveis, de gravidez indesejada e para a realização de aborto legal, quando for o caso.

Na visão de Pinheiro, Galiza e Fontoura (2009), a organização familiar pode assumir uma posição igualitária, entretanto, quando nos reportamos ao período de licença maternidade, a equidade na responsabilidade de cuidados com os filhos não há posicionamento explícito, o que favorece a reprodução de comportamentos de desigualdades entre os sexos. Um avanço importante seria um sistema mais flexível de licença parental. É fundamental que a sociedade e os diversos setores do Estado debatam a ampliação do direito às licenças maternidade e paternidade, bem como a instituição de sistemas de licença parental, podendo assim, discutir as possibilidades de mudanças mais profundas na ordem de gênero patriarcal que estrutura a sociedade, caminhando em direção a uma realidade de maior justiça social e de maior igualdade de direitos.

Apesar de ser um discurso humanamente correto, a prioridade governamental gira em torno de questões econômicas; com isso, podemos considerar que essa relação seria classificada de prejuízo, se as instituições aumentarem esses períodos tanto para homens quanto para mulheres.

Encontramos também, nos anos de 2009 e 2010, um estudo que aborda a questão racial, nos artigos de PP (VALVERDE; STOCCO, 2009), debatendo as políticas afirmativas de cotas e discursando em torno da defesa da implantação dessas políticas, mostrando argumentos semelhantes ao estudo de Santos *et al.* (2008).

Entretanto, se pensarmos na essência da política afirmativa de cotas, esta teria que enquadrar outros grupos que foram historicamente marginalizados, assim como as mulheres e os homossexuais. Portanto, devemos analisar com cautela a proposta dessas políticas, pois como já foi dito anteriormente, foram criadas com a finalidade de promover tratamento diferenciado e preferencial, o que nos remete a pensar em desigualdade.

Politicamente, o conceito de igualdade supõe a ausência de diferenças de direitos e deveres entre os membros de uma sociedade. Partindo desse pressuposto, entendemos que não há igualdade quando é decretada a política afirmativa de cotas.

Portanto, a justificativa para as diferenças estatísticas de cor dos seres humanos que ingressam nas universidades públicas do país, não deve estar relacionada à história construída por esses grupos classificados como marginalizados. Talvez a resposta esteja na qualidade da educação básica, é nela que as políticas de intervenção deveriam atuar diretamente, com um ensino de qualidade para que todos, independentemente de sexo, da cor, pudessem concorrer igualmente, estatisticamente falando, às vagas disponibilizadas pelos cursos superiores.

Podemos inferir que apesar da valorização e do desenvolvimento das PP pelo contexto político, o tema ainda é pouco explorado na dimensão acadêmica. Além do quantitativo aqui exposto, observamos que os programas de pós-graduação *stricto sensu* em educação física, conceituados pela CAPES, não possuem linha de pesquisa específica sobre PP (CAPES, 2008). O que pode contribuir para a realidade constatada neste estudo sobre a produção acadêmica do tema. Gênero e raça também não fazem parte, exclusivamente, das linhas de pesquisa analisadas nestes programas, embora Devide *et al.* (2011) tenham encontrado 43 grupos de pesquisa, que apresentam como foco de estudo, o gênero, se relacionando com diferentes categorias, em que, a PP não é uma categoria contemplada especificamente.

Os dados encontrados indicam que a produção acadêmica sobre PP, que levam em consideração as categorias gênero e raça, não tem sido abordados, quando relacionados às atividades físico-esportivas e ao lazer. Os resultados demonstram que as categorias analisadas vêm representando preocupação dos pesquisadores nas ciências humanas e sociais, mesmo ainda que tímida, se comparada às necessidades de desenvolvimento e avanço no âmbito das PP no Brasil.

**Conclusão**

Entendendo a crescente valorização da publicação de artigo científico em revistas indexadas como um produto final importante das teses e dissertações dos programas de pós-graduação, podemos inferir que o tema das PP, relacionado às categorias de gênero e raça, tem representado tímido interesse entre os pesquisadores.

Destacamos o quanto os estudos, sobre gênero e raça nas PP, se pautam em visões de exclusão e inclusão de grupos que ainda carregam a denominação de discriminados e minoritários. Tais grupos reivindicam seus direitos, como se esses direitos fossem legalmente separados entre homens e mulheres e entre brancos e não brancos.

Percebemos também, que a discussão sobre PP, considerando as temáticas de gênero e raça, não contemplam às atividades físico-esportivas e o lazer. Portanto, destacamos a necessidade de novos estudos que contemplem uma rede de indicadores sociais que possam potencializar o processo e a relação dessas temáticas descritas acima, mostrando a necessidade, ou a falta dela, na implantação de respectivas políticas públicas.

**Referências:**

ALBUQUERQUE, J.; CASAGRANDE, N.; TAFFAREL, C.; ESCOBAR, M. A prática pedagógica da educação física no MST: possibilidades de articulação entre teoria pedagógica, teoria do conhecimento e projeto histórico. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 28, n. 2, p. 121-140, jan. 2007.

Albuquerque, s. Educação das Crianças Pequenas: da lógica cultural e familiar às políticas públicas. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 139-156, set./dez. 2010.

Alves, c.; Marcellino, n. Adulto e lúdico: atuação do profissional de educação física no lazer. **Motriz**, rio claro, v.16 n.1 p.103-112, jan./mar. 2010.

AMARAL, S. C.; PEREIRA, A. P. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de educação física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1, p. 41-56, set. 2009.

AMARAL, S. Avanços e contradições da participação popular na definição de políticas públicas de lazer em Porto Alegre. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 9-26, set./dez. 2005.

BATISTA M. A relação governo e sociedade na gestão da política pública de esportes e lazer

no governo do Estado de Pernambuco – 1999-2001: analisando o projeto “Idosos em Movimento”. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 27-48, set./dez. 2005.

Benites, l.; Souza Neto, S.; Hunger, d. O processo de constituição histórica das diretrizes curriculares na formação de professores de Educação Física. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.34, n.2, p. 343-360, mai./ago. 2008.

BRACH, V.; ALMEIDA, F. A política de esporte escolar no Brasil: a pseudovalorização da educação física. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 87-101, mai. 2003.

BRASIL, Ministério da Educação e Cultura. **Brasil é o 13º entre os maiores produtores de conhecimento**. Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: (<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&task=view&id=10838>). Acesso: 20 de julho de 2011.

BRASIL. **Lei nº. 11.340, de 07 de agosto de 2006**. Disponível em: (http://www.planalto.gov.br/ccivil\_03/\_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm). Acesso em: 06 de setembro de 2011.

Caiado, k.; Laplane, A. Programa Educação inclusiva: direito à diversidade – uma análise a partir da visão de gestores de um município-polo. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 303-315, mai./ago. 2009.

CAPES. **Relação de cursos recomendados e reconhecidos***.* Brasília. 2008. Disponível em: (<http://conteudoweb.capes.gov.br/conteudoweb/ProjetoRelacaoCursosServlet?acao=pesquisarIes&codigoArea=40900002&descricaoArea=CI%CANCIAS+DA+SA%DADE+&descricaoAreaConhecimento=EDUCA%C7%C3O+F%CDSICA&descricaoAreaAvaliacao=EDUCA%C7%C3O+F%CDSICA>). Acesso: 12 de fevereiro de 2011.

César, m. r.; Duarte, A. Governo dos Corpos e Escola Contemporânea: pedagogia do fitness. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 34, nº 2, p.119-134. mai./ago. 2009.

CHAN-VIANNA, A.; MOURA, D.; MOURÃO, L. Educação Física, gênero e escola: uma análise da produção acadêmica. **Movimento**, Porto Alegre, v.16, n. 02, p. 149-164, abril. /jun. 2010.

CONTE, M. Desafios na Juventude: drogas, consumismo e violências. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v.33, nº2, p. 131-146. Jul./dez. 2008.

COSTA, A.; SOUZA, S. Educação física e esporte adaptado: história, avanços e retrocessos em relação aos princípios da integração/inclusão e perspectivas para o século XXI. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 27-42, mai. 2004.

COSTA, V. Federalismo e relações intergovernamentais: implicações para a reforma da educação no brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 112, p. 729-748, jul. /set. 2010.

CUNHA, L. A. O desenvolvimento meandroso da educação brasileira entre o estado e o mercado. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 809-829, out. 2007.

DEVIDE, F.; OSBORNE, R.; SILVA, E.; FERREIRA, R.; CLAIR, E.; NERY, L. C. Estudos de gênero na Educação Física Brasileira. **Motriz**, Rio Claro, v.17, n.1, p. 93-103, jan./mar. 2011.

DIAS SOBRINHO, J. Democratização, qualidade e crise da educação Superior: faces da exclusão e limites da inclusão. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1223-1245, out./dez. 2010.

DUARTE, C. A educação como um direito fundamental de natureza social. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 28, n. 100, p. 691-713, out. 2007.

Ferreira, M. Navegar é preciso, viver não é preciso: risco no discurso da vida ativa. **Motriz**, Rio Claro, v.15 n.2 p.349-357, abr./jun. 2009.

FREITAS, D.; SILVA, J.; GALVÃO, E. A relação do lazer com a saúde nas comunidades quilombolas de Santarém. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 30, n. 2, p. 89-105, jan. 2009.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento de Políticas Públicas**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 211-259, jun. 2000.

FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO. **Mulheres brasileiras e Gênero nos espaços públicos e privados**. Disponível em: (<http://www.fpabramo.org.br/sites/default/files/pesquisaintegra.pdf>.). Acesso em: 07 de setembro de 2011.

Gawryszewski, B. Políticas públicas de lazer para a juventude pobre. **Movimento**, Porto Alegre, v.12, n. 03, p. 265-278, set./dez. 2006.

GOLDANI, A. M. Desafios do “preconceito etário” no brasil. **Educação & Sociedade**, Campinas, v. 31, n. 111, p. 411-434, abr./jun. 2010.

GORLA, J.; ARAÚJO, P.; CARMINATO, R. Desempenho psicomotor em portadores de deficiência mental: avaliação e intervenção. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 133-147, mai. 2004.

Guanabara, R.; Gama, T.; Eigenheer, E. Contribuições para a construção de uma matriz para avaliação de projetos de educação ambiental. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 35, n.2, p. 399-411, mai./ago. 2009.

HUNGER, D.; SQUARCINI, C.; PERREIRA, J. A pessoa portadora de deficiência física e o lazer. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 25, n. 3, p. 85-100, mai. 2004.

LAPLANE, A. Uma análise das condições para a implementação de políticas de educação inclusiva no Brasil e na Inglaterra. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 27, n. 96, p. 689-715, out. 2006.

LIÁO JÚNIOR, R. Políticas públicas de educação física, esporte e lazer: tensões e desafios de um projeto contra-hegemônico no distrito federal, 1995 – 1998. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 24, n. 3, p. 39-52, mai. 2003.

LIMA, M. O diverso, o diferente e o idêntico no contexto escolar: o que dizem os discursos oficiais das políticas públicas de inclusão? **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 183-198, set./dez. 2005.

Lima Filho, D. O PROEJA em Construção: enfrentando desafios políticos e pedagógicos. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 35, nº1, p.109-127. jan/abr. 2010.

MAGGIE, Y. Pela igualdade. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, n. 3, p. 897-912, set./dez. 2008.

Mariano, s.; Marcellino, n. Equipamentos de lazer em cidades pequenas de região metropolitana. **Motriz**, Rio Claro, v.14, n.2, p.168-178, abr./jun. 2008.

MASCARENHAS, F. “Lazerania” também é conquista: tendências e desafios na era do mercado. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.73-90, mai./ago. 2004.

MELLO, A.; FERREIRA NETO, A.; VOTRE, S. Intervenção da educação física em projetos sociais: uma experiência de cidadania e esporte em vila velha (ES). **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 31, n. 1, p. 75-91, set. 2009.

MELO, J. O ensino da educação física para deficientes visuais. **Revista Brasileira Ciências do Esporte,** Campinas, v. 25, n. 3, p. 117-131, mai. 2004.

MELO, M. Lazer, Esporte e Cidadania: debatendo a nova moda do momento. **Movimento**, Porto Alegre, v. 10, n. 2, p.105-122, mai./ago. 2004.

Melo, M. A Vila Olímpica da Maré e as políticas públicas de esporte no Rio de Janeiro: um debate sobre a relação lazer, esporte e escola. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 89-106, set./dez. 2005.

MELO, V.; PERES, F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 127-151, set./dez. 2005.

MENDES, A.; AZEVÊDO, P. Políticas públicas de esporte e lazer & políticas públicas educacionais promoção da educação física dentro e fora da escola ou dois pesos e duas medidas? **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, Campinas, v. 32, n. 1, p. 127-142, set. 2010.

Osborne, R.; Batista, W. Educação Física na Década da Educação para o Desenvolvimento Sustentável. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.1, p.28-36, jan./mar. 2010.

PARENTE, E.; NASCIMENTO, R.; VIEIRA, L. Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após a denúncia. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 2, p. 445-465, mai./ago. 2009.

PAULILO, A. Os artífices da metrópole: anotações sobre a transformação da vida urbana carioca depois da *belle époque.* **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 87, p. 513-534, ago. 2004.

PINHEIRO, L.; GALIZA, M.; FONTOURA, N. Novos arranjos familiares, velhas convenções sociais de gênero: a licença-parental como política pública para lidar com essas tensões. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 851-859, set./dez. 2009.

PINTO, L.; RAMOS, M.; RODRIGUES, R.; UVINHA, R.; ARAÚJO, R.; SILVA, S. Desafios para a gestão de políticas de lazer no Brasil. IN: ISAYAMA, H.; PINTO, L.; UVINHA, R.; STOPPA, E. A. **Gestão de políticas de esporte e lazer**. Belo Horizonte: UFMG, 2011. Cap. 3, p. 27 - 49.

RAMOS, P.; FURTADO, E.; Carvalho, E.; Campos, M.; Souza, D.; Almeida, L.; Araújo, C. Dissertações e teses de pós-graduação geram publicação de artigos científicos? Análise baseada em 3 programas da área da educação física. **Brazilian Journal of Biomotricity**, v. 3, n. 4, p. 315-324, out. 2009.

Rechia, S. Espaço e planejamento urbano na sociedade contemporânea: políticas públicas e a busca por uma marca identitária na cidade de Curitiba. **Movimento**, Porto Alegre, v. 11, n. 3, p. 49-66, set./dez. 2005.

RIBEIRO, M. O feminismo em novas rotas e visões. **Revista de estudos feministas**, v. 14, n. 3, set./dez. 2006.

RODRIGUES, E.; BRAMANTES, A.C. O espaço na construção de uma política de lazer – estudando Sorocaba/SP. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 23-37, mai. 2003.

SADI, R. Política do conselho federal de educação física: limites e perspectivas. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 9-22, mai. 2003.

SANTOS, A. L. A educação física no contexto da política de educação municipal: Analisando a experiência do Município de Camaragibe-pe. **Revista Brasileira Ciências do Esporte**, v. 24, n. 3, p. 53-69, mai. 2003.

SANTOS, A.; CAVALLEIRO, E.; BARBOSA, M.; RIBEIRO, M. Ações afirmativas: polêmicas e possibilidades sobre igualdade racial e o papel do estado. **Revista Estudos feministas**, v. 16, p.913-929, set./dez. 2008.

SANTOS, L. Formação de professores na cultura do desempenho. **Educação & Sociedade**, Campinas, vol. 25, n. 89, p. 1145-1157, set./dez. 2004.

Silva, C.; Lopes, J.; Araújo Netto, J. Educação física, desenvolvimento e inovação: o argumento da hélice tríplice. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.4, p.995-1005, out./dez. 2010.

Souza, D.; VIALICH, A.; EIRAS, S.; MEZZADRI, F. Determinantes para a implementação de um projeto social. **Motriz**, Rio Claro, v.16, n.3, p.689-700, jul./set. 2010.

SORRENTINO, M.; TRAIBER, R.; MENDONÇA, P.; FERRATO JÚNIOR, L. A. Educação ambiental como política pública. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 2, p. 285-299, maio/ago. 2005.

Sposito, m. Juventude e Educação: interações entre a educação escolar e a educação não formal. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 33, nº2; p. 83-98, jul./dez. 2008.

UNESCO. **UNESCO Science report 2010:** The Current Status of Science around the World. 2010. Disponível em: (<http://www.ngicreative.com/clients/unesco/administration/f5yip9dsax43fs/UNESCO%20SCIENCE%20REPORT%202010.pdf>). Acesso: 22 de Junho de 2011.

UNESCO. **Representação da UNESCO no Brasil:** Transformação social no Brasil. 2011. Disponível em: (<http://www.unesco.org/new/pt/brasilia/social-and-human-sciences/social-transformation/>). Acesso: 22 de Junho de 2011.

VALVERDE, D.; STOCCO, L. Notas para a interpretação das desigualdades raciais na educação. **Revista Estudos Feministas**, v. 17, n. 3, p. 909-920, set./dez. 2009.

VIANNA, C.; UNBEHAUM, S. Gênero na educação básica: quem se importa? Uma análise de documentos de políticas públicas no Brasil. **Educação & Sociedade**, v. 27, n. 95, p. 407-428, mai./ago. 2006.

Zucchetti, D.; Klein, M.; Sabat, R. Marcas das diferenças nas políticas de inclusão social. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 32, nº1, p. 75-90, jan./jun. 2007.

Endereço autores:

Renata Vieira Monteiro (Autora para correspondência)

Rua Venâncio Ribeiro, nº109, 703. Engenho de Dentro – Rio de Janeiro - RJ

CEP: 20 730 440

e-mail: [rvmonteir@gmail.com](mailto:rvmonteir@gmail.com)

Ludmila Mourão

Rua Mário Pederneiras, nº4, 204. Humaitá - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22 261 020

e-mail: [ludmilamourao@terra.com.br](mailto:ludmilamourao@terra.com.br)

Sebastião Votre

Rua Mário Pederneiras, nº4, 204. Humaitá - Rio de Janeiro - RJ

CEP: 22 261 020

e-mail: [sebastianovotre@yahoo.com](mailto:sebastianovotre@yahoo.com)

1. Mestranda do curso de pós-graduação *stricto sensu* em educação física da Universidade Gama Filho. Bolsista do CNPq

   \*\* Professora Doutora do curso de pós-graduação *stricto sensu* em educação física da universidade Federal de Juiz de Fora

   \*\*\* Professor Doutor do curso de pós-graduação *stricto sensu* em educação física da Universidade Gama Filho [↑](#footnote-ref-1)